



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
Gabinete Vereador Alcindor Villarim

PROJETO LEI Nº 257/2018

Câmara Municipal de Campina Grande
RECEBIDO
Em 17 de 10 de 2018 às 10:00 hs
Sandra Melo
ASSINATURA

EMENTA: Concede título de cidadão campinense ao **Dr. Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho**, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão campinense ao **Dr. Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho**.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 17 de outubro de 2018.


ALCINDOR VILLARIM

Vereador



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)
Gabinete Vereador Alcindor Villarim
JUSTIFICATIVA

Dr. Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho possui Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (2010), pós-graduação, a título de especialização, pela Universidade Potiguar (2003) e graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Foi aprovado em 1º lugar no concurso público para Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba. Atualmente é o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Antes de ocupar o cargo de procurador-geral, Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho foi promotor de Justiça de Santa Rita, tendo, anteriormente, exercido atribuições nas Promotorias de Patos, Campina Grande, João Pessoa, Cruz do Espírito Santo, Mari, Soledade, São Mamede, Pombal, Malta, Paulista e como promotor convocado junto à Procuradoria de Justiça.

Na administração superior, exerceu os cargos de secretário-geral (SEGER) e secretário de Planejamento e gestão (SEPLAG) do MPPB. Além disso, integrou a Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa (CCRIMP), a Assessoria Técnica e a Coordenação do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP).

Exerceu o cargo de auditor auxiliar do Tribunal de Contas do Estado (TCE) após aprovação em concurso (1998-2003) e de professor das Universidades IESP, FACISA e FIP (2007/2012).

No biênio 2013-2015, exerceu o cargo de presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), onde esteve na linha de frente no combate à conhecida PEC 37, que retirava o poder de investigação do Ministério Público; além de ter estruturado financeiramente a entidade e levantado a bandeira de defesa do associado.

Pelos motivos acima apresentados solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

O AUTOR